



EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA: DA FORMAÇÃO À AÇÃO UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Adrielly Yara Alves Marques Pereira – UnDF
Leonardo Pereira da Costa – UnDF
Luciana Evangelista dos S. Araújo – UnDF
Luiza Marques Davison – UnDF
Thiago Bazi Brandão – UnDF

Relatos de Experiência Internacionais e Redes de Pesquisa

1. INTRODUÇÃO

Este relato de experiência apresenta o processo formativo desenvolvido na extensão universitária Cidadania: da formação à ação, da Universidade do Distrito Federal (UnDF), vinculada aos programas Conhecendo o Parlamento e Câmara Vai à Escola, realizados pela Escola do Legislativo (Elegis/CLDF) em parceria com escolas públicas do DF. O projeto promove a educação para a cidadania e os direitos humanos por meio de práticas dialógicas e participativas, em que estudantes identificam problemas locais, elaboram proposições legislativas e as apresentam em plenário.

A experiência insere-se no debate sobre extensão crítica e educação emancipatória, articulando referenciais da Pedagogia Histórico-Crítica (Saviani, 2018) e da Educação Popular (Freire, 1987). Busca-se refletir acerca do potencial formativo da metodologia adotada à luz do percurso dialético de Saviani (2018) — prática social, problematização, instrumentalização e catarse —, observando como esse processo favorece a consciência crítica e o aprendizado democrático.

A metodologia baseou-se em observação participante e análise qualitativa documental de relatórios e registros das edições realizadas em Ceilândia, Sobradinho II, Santa Maria e Núcleo Bandeirante, entre agosto de 2024 e abril de 2025. Os sujeitos envolvidos foram estudantes e professores da rede pública, acompanhados por extensionistas da UnDF e pela equipe da Elegis/CLDF.



2. DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O programa *Câmara Vai à Escola* integra as ações de educação para a cidadania da Elegis/CLDF e aproxima o funcionamento do legislativo da realidade dos estudantes, promovendo experiências formativas baseadas em diálogo e protagonismo juvenil.

2.1 Contexto e objetivos

A experiência é um desdobramento da extensão *Cidadania: da formação à ação* (2024), coordenada pelo grupo de pesquisa CATARSE/UnDF, em parceria com a Elegis/CLDF. O objetivo central é fortalecer o vínculo entre escola e poder público, estimulando o pensamento crítico sobre políticas públicas e o papel do Legislativo, a partir do diálogo entre saberes e da leitura crítica da realidade.

2.2 Metodologia e etapas formativas

O percurso metodológico foi estruturado em quatro momentos interligados, inspirados na Pedagogia Histórico-Crítica (Saviani, 2008):

1. **Prática social:** diagnóstico das demandas do território por meio da identificação de problemas locais — transporte, saneamento, segurança, lazer, etc - pelos estudantes. A realidade, aqui, é compreendida não apenas como “realidade dos estudantes”, refletindo uma perspectiva fragmentada da sociedade, mas uma realidade vivida pelos estudantes e condicionada por múltiplos fatores visíveis e invisíveis à eles mesmos.

2. **Problematização:** discussão das causas estruturais das desigualdades e do papel do Estado e da comunidade, em um exercício de análise que revela condicionantes mascarados pela própria realidade.

3. **Instrumentalização:** apropriação de conceitos e ferramentas do processo legislativo (proposições, projetos de lei, requerimentos, etc).

4. **Catarse:** culminância em sessão simulada, transmitida pela TV Câmara, com apresentação das propostas diante de parlamentares, professores e comunidade.

Cada fase foi acompanhada por uma equipe multidisciplinar de extensionistas e técnicos da CLDF, que mediarão o processo e incentivaram o protagonismo estudantil.



3. RESULTADOS/APRENDIZADOS

Os resultados indicam ampliação da consciência crítica e fortalecimento da cidadania ativa. O envolvimento dos estudantes nas etapas de pesquisa, debate e elaboração das proposições favoreceu a compreensão do papel do Legislativo e o desenvolvimento de habilidades de argumentação, cooperação e comunicação pública. O plenário legislativo foi ressignificado como espaço pedagógico, onde jovens se reconheceram como sujeitos políticos e agentes de transformação social.

3.1 A catarse e a conscientização crítica

Na perspectiva histórico-crítica, a catarse é o momento em que o conhecimento apropriado se converte em consciência e ação transformadora (Duarte, 2019; Saviani, 2018). No projeto, esse processo se manifestou nas apresentações em plenário: ao tomar a palavra, os estudantes conquistaram o direito à voz pública, reelaborando criticamente suas experiências e projetando novas formas de vida coletiva. O acompanhamento das apresentações criativas no momento de culminância demandou abordagens diversificadas nas múltiplas linguagens artísticas, mobilizando tanto linguagens familiares quanto aquelas que ampliaram o repertório estético e expressivo dos estudantes, enriquecendo a compreensão sensível da realidade.

Além de um conceito teórico, a catarse pode ser compreendida, aqui, como categoria avaliativa do processo formativo. A análise das apresentações permite identificar múltiplas dimensões dessa síntese: (i) Cognitiva: compreensão crítica dos temas e consistência argumentativa das propostas; (ii) Expressiva: domínio das linguagens visuais e audiovisuais, e capacidade de dialogar com diferentes interlocutores; (iii) Cidadã: postura ética, escuta ativa e mobilização coletiva dos corpos e das vozes no espaço público; (iv) Reflexiva: percepção de si como sujeito histórico de transformação, consciência de impacto ultrapassando a esfera existencial imediata e pragmática, rendida às demandas



cotidianas, e compreendendo que sua intervenção no mundo possui valor público, social e político.

O aprendizado converteu-se em consciência e ação, configurando uma educação política emancipadora, em que aprender e agir coincidem no exercício da cidadania ativa. Como destacam as Diretrizes Nacionais para Ações de Cidadania das EJS (TSE, 2024), “o exercício da palavra aos historicamente subalternizados, quebrando um longo processo de opressão e silenciamento, poderá interromper os círculos de violência, colocando os sujeitos na cena para criar oportunidades de empoderamento coletivo”. Nesse sentido, o momento da catarse é também a emancipação simbólica e política. O processo formativo se converte, assim, em ato pedagógico de reinvenção democrática, em que se aprende não apenas sobre o Estado, mas sobre o poder de agir coletivamente.

3.2 Aprendizagem em movimento

A experiência demonstrou que a extensão é um espaço de aprendizagem compartilhada entre estudantes, extensionistas e instituições parceiras. A escuta ativa, mediação política e reflexão coletiva sobre as práticas educativas revelaram que ela não se limita a intermediar universidade e sociedade, mas constitui um campo de produção de conhecimento situado, em que teoria e prática se retroalimentam dialeticamente.

Para os extensionistas, a vivência proporcionou aprendizados significativos em mediação pedagógica, especialmente na relação entre o que e como se abordam as problemáticas sociais. O acompanhamento dos estudantes exigiu sensibilidade às etapas de desenvolvimento e ao nível de elaboração de conhecimentos sobre a realidade social. O suporte dado para buscar causas dos problemas investigados configurou-se como exercício simultâneo de investigação científica e de mediação pedagógica, desafiando os extensionistas a superar o senso comum e estimular a análise crítica das contradições estruturais da vida social. Esses movimentos resultaram em um refinamento pedagógico permanente, entendido como exercício criativo de articulação entre



fundamentos teóricos e estratégias didáticas — superando visões tecnicistas e afirmando uma abordagem histórico-crítica sensível à concretude da realidade e suas contradições.

Para os estudantes, a participação nas etapas de pesquisa, elaboração e apresentação das proposições ampliou a compreensão do papel das instituições públicas e fortaleceu a percepção de si mesmos como sujeitos históricos. O processo contribuiu para o desenvolvimento de competências investigativas, comunicativas, políticas e estéticas, essenciais à formação cidadã.

No campo da pesquisa e da gestão institucional, o projeto configurou-se como um laboratório de observação e análise das relações entre educação, cultura e sociedade. Sua natureza experimental exigiu constante refinamento metodológico e didático, entendido não como aplicação de modelos prontos, mas como construção de mediações historicamente situadas, capazes de articular teoria e prática no movimento contraditório da realidade. A perspectiva histórico-crítica, aberta à multiplicidade de determinações do real, reforçou a necessidade de abordagens que considerem as dimensões socioculturais, políticas e subjetivas envolvidas nos processos formativos. A observação das práticas e das falas dos estudantes revelou-se, assim, fonte valiosa para compreender como o conhecimento se transforma em consciência e ação social.

Por fim, no plano institucional, a parceria entre a CLDF e as escolas públicas mostrou-se potente para aproximar juventude e poder público, fortalecendo a pedagogia da participação. Como desdobramento, propôs-se a criação da etapa Câmara Volta à Escola, dedicada à devolutiva e ao acompanhamento das proposições, consolidando a extensão como processo contínuo e dialógico de formação cidadã.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto Cidadania: da formação à ação demonstra que a educação em direitos humanos pode ser concretizada por meio de metodologias dialógicas e participativas, que permitem aos estudantes reconhecer-se como sujeitos de direitos e agentes de transformação. A experiência reafirma que a cidadania se



constrói no exercício do diálogo, da escuta e da proposição coletiva, integrando conhecimento acadêmico, ação social e educação popular. Entre as contribuições, destacam-se o fortalecimento da relação entre universidade, escola e poder público, e a criação de um espaço pedagógico de democracia viva, no qual palavra e ação se tornam instrumentos de emancipação.

Propõe-se, como continuidade, o acompanhamento das proposições estudantis e o fortalecimento de redes interinstitucionais permanentes, capazes de sustentar o processo formativo da cidadania ativa — horizonte ético e político de uma democracia radical e emancipatória.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Diretrizes Nacionais para Ações de Cidadania das Escolas Judiciais e de Formação Eleitoral**. Brasília: TSE, 2024.

DUARTE, Newton. **A catarse na didática da pedagogia histórico-crítica**. Campinas:

Pró-Posições v. 30, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. Campinas: Autores Associados, 2018.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008.